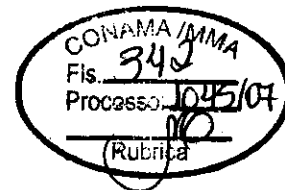




OF. 02/12/2007



ASSUNTO: Resposta ao Of. Cir. Nº 228 2007/DCONAMA/SECEX/MMA.

Senhor Gerente Executivo.

Ao cumprimentá-lo, o que faço com estimada satisfação, uso do presente expediente para conforme epigrafado acima, averbar as respostas solicitadas como abaixo se seguem:

1º - Quantitativo de pleitos de autorização de intervenção em APP protocolados, discriminados por atividade (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06).

R: Em atenção à legislação Federal, Estadual, assim como a Lei Municipal 230/2004, a Coordenação Municipal de Meio Ambiente de Jaborandi-Ba, informa que não emitiu qualquer licença e/ou autorização de intervenção em áreas de APP.

2º - Quantitativos de autorizações de intervenção autorizadas e negadas:

R: Não existe nessa Coordenação Municipal de Meio Ambiente de Jaborandi-Ba, solicitação de autorização para intervenção em áreas de APP.

3º - Fatores motivadores das negativas de autorizações de intervenção em APP:

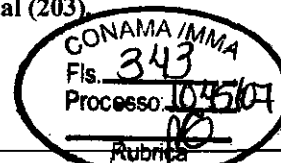
R: Em função da resposta anterior, ainda não recorremos a esses fatores, entretanto acaso apareça alguma solicitação nesse sentido, a premissa da Coordenação e do CONDEMA é negar qualquer ação nesse sentido, respeitando evidentemente a Resolução CONAMA 369/2006.

4º - Características das APPs alvo: tipo de APP (conforme tipo elencado na Resolução CONAMA 303/02) e área da APP a ser afetada:

R: Do mesmo modo da questão anterior (4ª), ainda nos deparamos com esse tipo de situação com intervenção em áreas de APPs.

5º - Trâmite Processual e procedimento de análise:

R: Também com amparo nas respostas anteriores; Entretanto acaso ocorra alguma situação que se enquadre em intervenção em área de APP, o solicitante tem que apresentar em primeira instância um requerimento com toda a documentação legal exigida pela Coordenação com as devidas justificativas amparadas na Lei e nas Resoluções do CONAMA 369/2006 e 303/2002, que será analisado e fiscalizado pelo Engenheiro Agrônomo "que presta acessória técnica à Coordenação", esse fará um relatório técnico



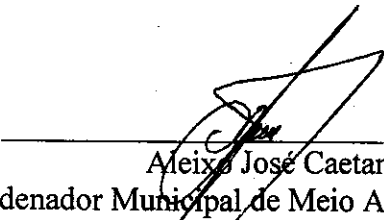
6º - Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da Resolução?

R: Como ainda não precisamos usá-la não tivemos essa dificuldade, entretanto, sempre que exista qualquer dificuldade de interpretação, temos solicitado auxílio do departamento jurídico da prefeitura municipal de Jaborandi-Ba, que é um parceiro do Meio ambiente e tem colaborado bastante nas nossas ações, assim como já fizemos solicitações de parceria da Promotoria Pública, evidentemente não em casos específicos de solicitação de intervenção em áreas de APP, mas por intervenção ilegal em áreas de APPs, como exemplo, podemos citar a ação que impetramos na Promotoria Pública contra a Nordeste Florestal, que promoveu desmatamento em área de APP (área da Nascente do Lagoão do Pratudinho).

Sendo o que tinha a informar, receba nossos cumprimentos.

Atenciosamente.

Jaborandi, 18 de dezembro de 2007.


Almeida José Caetano Filho

Coordenador Municipal de Meio Ambiente e Presidente do
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Jaborandi-Ba – COMDEMA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DCONAMA

Esplanada dos Ministérios, bl. B, 6º andar, sala 633

70068-901 – Brasília/DF – conama@mma.gov.br

Tel. (0xx61) 3317.1433 / Fax: 3317-1768

Ofício Circular nº **228** 2007/DCONAMA/SECEX/MMA.

Brasília, 22 de ~~NOVEMBRO~~ de 2007.

Assunto: **Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA nº 369/2006**

Prezado(a) Senhor(a),

1. Reiterando os Ofícios Circulares nº 170 e 181/2007/CONAMA/MMA informo que foi instalado no Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA um **Grupo de Trabalho para monitorar e analisar os efeitos da aplicação da Resolução CONAMA nº 369/2006** que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente-APPs, coordenado pelo Presidente da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, Sr. Marcilio Caron Neto, Representante do Setor Florestal.

2. Na ausência de um banco de informações sobre as autorizações, concedidas ou negadas, de intervenção ou supressão de vegetação em APP, foi levantada a necessidade de se obter dos órgãos licenciadores federal, estaduais e municipais dados referentes à aplicação desta Resolução.

3. Em nome do Presidente da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, solicito que a informação detalhada abaixo seja encaminhada para a Secretaria-Executiva do CONAMA, nos seguintes endereços de e-mail dominique.louette@mma.gov.br, marcelo.carvalho@mma.gov.br

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1 - Quantitativo de pleitos de autorização de intervenção em APP protocolados, discriminados por atividade (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06)2 - Quantitativo de autorizações de intervenção autorizadas e negadas3 - Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP4 - Características das APPs alvo: tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução CONAMA 303/02) e área da APP a ser afetada5 - Trâmite processual e procedimento de análise6 - Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da resolução |
|--|

4. Para analisar estes dados, um workshop sobre o tema será organizado com os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente licenciadores, o MMA, o IBAMA, o Ministério Público estadual e federal e demais setores interessados.

5. Maiores informações podem ser obtidas nos e-mails mencionados acima ou através dos telefones (61) 3317 1395 (Dominique Louette) e (61) 3317 1940 (Marcelo Carvalho).

Atenciosamente,

Nilo Sérgio de Melo Diniz

Diretor



"Papel não clorado, com menor custo ambiental"